

GRUPO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

NÍVEL MÉDIO TIPO 1 – BRANCA

CÓDIGO CONTROLE - 39

**SUA PROVA**

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** redação, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo.
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.
- A redação deverá ser redigida em, no mínimo, **20 (vinte)** e, no máximo, **30 (trinta)** linhas.

**TEMPO**

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído a leitura das instruções, a coleta de digital e o tempo para o preenchimento da Folha de Respostas.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova; anotar informações/respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões; levantar da cadeira sem autorização; usar o sanitário ao término da prova.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas; confira o grupo e nome do seu cargo, cor e tipo do caderno de questões constantes nesta capa, na sua Folha de Respostas e na sua Folha de Texto Definitivo; confira também seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo; em caso de inconsistência(s), **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências, bem como o devido registro na ata de sala.
- Para o preenchimento da Folha de Respostas e da Folha de Texto Definitivo, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados na Folha de Respostas e na Folha de Texto Definitivo.
- O preenchimento da Folha de Respostas e da Folha de Texto Definitivo é de sua responsabilidade e, por isso, reserve tempo suficiente para fazê-lo. **Não será permitida a troca de Folha de Respostas em caso de erro cometido por você.**
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas e na Folha de Texto Definitivo.
- A FGV coletará suas impressões digitais na lista de presença.
- Durante a realização da prova, você será submetido ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída da sala.
- **Boa prova!**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: use o texto a seguir para responder às próximas três questões.

Texto 1

A Geografia da Fome

Não é somente agindo sobre o corpo dos flagelados, roendo-lhes as vísceras e abrindo chagas e buracos na sua pele, que a fome aniquila a vida dos sertanejos, mas também atuando sobre o seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social. Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo à personalidade humana quando alcança os limites da verdadeira inanição. Fustigados pela imperiosa necessidade de alimentar-se, os instintos primários se exaltam e o homem, como qualquer animal esfomeado, apresenta uma conduta mental que pode parecer a mais desconcertante. Muda o seu comportamento como muda o de todos os seres vivos alcançados pelo flagelo nesta mesma área geográfica.

Josué de Castro – A Geografia da Fome

1

Esse texto aborda o problema da fome.

Um aspecto desse problema que **não** está presente nesse texto, é:

- (A) a fome ataca o corpo e a mente.
- (B) as causas da fome no Nordeste.
- (C) as consequências da fome na conduta social.
- (D) semelhanças entre homem/animal diante da fome.
- (E) mudanças comportamentais do homem na fome.

2

Leia o fragmento:

Não é somente agindo sobre o corpo dos flagelados, roendo-lhes as vísceras e abrindo chagas e buracos na sua pele, que a fome aniquila a vida dos sertanejos, mas também atuando sobre o seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social.

Assinale a afirmativa **inadequada** sobre o fragmento.

- (A) A expressão “Não é somente” se relaciona estruturalmente a “mas também”.
- (B) O pronome “lhes” se refere a “flagelados”.
- (C) A expressão “aniquila a vida” é um outro modo de referir-se à “ação de matar”.
- (D) O termo “sertanejos” é empregado em lugar de “flagelados” para evitar a repetição de palavras.
- (E) A preposição “sobre” nos termos finais do texto, indicam “lugar superior”.

3

Fustigados pela imperiosa necessidade de alimentar-se, os instintos primários se exaltam e o homem, como qualquer animal esfomeado...

Assinale a frase em que a palavra “como” mostra o mesmo sentido que nessa frase do texto.

- (A) Não sei como ele está passando.
- (B) O modo como chegou preocupou a todos.
- (C) Ele é tão gordo como o pai.
- (D) Como vai?
- (E) Não sabia como chegar lá.

Atenção: use o texto a seguir para responder às próximas cinco questões.

Texto 2

Economizar água

Apesar de parecer muita, devido ao aumento excessivo da população mundial e à poluição que o homem produz, diariamente, a água potável do mundo está cada vez mais escassa. E a falta de água para consumo, principalmente em regiões mais pobres, populosas e áridas do mundo, já é uma realidade preocupante. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é um país de sorte e vai contra essa tendência mundial.

4

A estruturação desse texto, permite classificá-lo como

- (A) narrativo.
- (B) dissertativo-argumentativo.
- (C) descritivo.
- (D) dissertativo-expositivo.
- (E) injuntivo.

5

Apesar de parecer muita, devido ao aumento excessivo da população mundial e à poluição que o homem produz, diariamente, / a água potável do mundo está cada vez mais escassa.

A relação lógica entre os dois segmentos desse fragmento do texto 2 é, respectivamente, de

- (A) fato / explicação.
- (B) consequência / causa.
- (C) concessão / fato.
- (D) causa / consequência.
- (E) condição / ação.

6

O Brasil vai contra a tendência mundial porque

- (A) combate o desperdício de água potável.
- (B) sua população não cresce exageradamente.
- (C) não polui demasiadamente o ambiente.
- (D) não se inclui entre os países pobres.
- (E) mostra abundância de água potável.

7

ONU é a forma abreviada de Organização das Nações Unidas. Assinale a abreviatura a seguir que **não** segue o mesmo critério de abreviação.

- (A) ACB / Academia Brasileira de Letras.
- (B) IR / Imposto de Renda.
- (C) OMS / Organização Mundial da Saúde.
- (D) BEMGE / Banco Estadual de Minas Gerais.
- (E) UERJ / Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

8

E a falta de água para consumo, principalmente em regiões mais pobres, populosas e áridas do mundo, já é uma realidade preocupante. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é um país de sorte e vai contra essa tendência mundial.

Acima estão sublinhados cinco conectivos do texto.

Assinale aquele conectivo que tem seu valor semântico corretamente indicado.

- (A) para / finalidade.
- (B) em / tempo.
- (C) segundo / ordem.
- (D) e / oposição.
- (E) contra / comparação.

Atenção: use o texto a seguir para responder às próximas duas questões.

Texto 3

Norma da empresa

Descartar-se um cliente que está reclamando com um “É norma da empresa” deixa-o furioso. É o equivalente empresarial da frase que nossos pais costumavam dizer: “Porque sim”.

9

A semelhança entre as frases da empresa e dos pais é

- (A) a grosseria das respostas.
- (B) a falta de explicação clara.
- (C) a ausência de diálogo.
- (D) o autoritarismo exagerado.
- (E) o reconhecimento do direito do próximo.

10

No texto 3, uma substituição inadequada de termos seria

- (A) que está reclamando / reclamante.
- (B) da empresa / empreendedora.
- (C) furioso / com fúria.
- (D) o equivalente / a equivalência.
- (E) da frase / frasal.

Legislação EBSEERH

11

O Conselho Consultivo é um órgão permanente da Ebserh que possui as finalidades de consulta, controle social e apoio à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

Avalie se compete ao Conselho Consultivo:

- I. opinar sobre as linhas gerais das políticas, diretrizes e estratégias da Ebserh, orientando o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva no cumprimento de suas atribuições;
- II. propor linhas de ação, programas, estudos, projetos, formas de atuação ou outras medidas, orientando para que a Ebserh atinja os objetivos para a qual foi criada;
- III. acompanhar e avaliar periodicamente o desempenho da Ebserh;
- IV. assistir à Diretoria e ao Conselho de Administração em suas funções, sobretudo na formulação, implementação e avaliação das estratégias de ação da Ebserh.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

12

A Norma Operacional de Controle Disciplinar dispõe sobre o procedimento apuratório para a aplicação da penalidade disciplinar no caso da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

Considere a definição a seguir, conforme descrita na Seção III da referida norma:

Método de estruturação da apuração feita em caráter inicial, que permite a sistematização das informações coletadas durante a fase de admissibilidade e tem por base os seguintes elementos: fato/conduita, agente, elementos de informação, elementos faltantes e possível tipificação.

O texto define

- (A) processo administrativo sancionador.
- (B) investigação preliminar.
- (C) instauração.
- (D) matriz de responsabilização.
- (E) instrução.

13

O Código de Ética e Conduta da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares apresenta o compromisso da empresa de submeter seu conteúdo a processos de avaliação e revisão periódica, com vistas ao acompanhamento das rápidas mudanças sociais, tecnológicas e administrativas compatíveis com a missão institucional da Ebserh de prestar serviços gratuitos de atenção à saúde e de prestar apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

Acerca desse Código, é correto afirmar que

- (A) trata-se de um documento balizador das condutas profissionais impessoais de todos os empregados da Ebserh, independentemente do cargo ou da função que ocupem.
- (B) o colaborador deve preservar a confidencialidade profissional até o seu desligamento da instituição.
- (C) o colaborador não deve comunicar às instâncias de gestão o recebimento de convites para eventos a ele oferecidos por empresas do setor privado.
- (D) ao colaborador é facultado declarar qualquer situação que indique seu envolvimento em atividade profissional que constitua conflito de interesse real.
- (E) a denúncia de uma conduta contrária aos preceitos éticos poderá ser feita por qualquer cidadão, empregado da Ebserh ou não, por meio dos canais adequados da Ouvidoria Geral.

14

O Regulamento de Pessoal da Ebserh tem por finalidade disciplinar os direitos, os deveres, as obrigações e as penalidades aplicáveis aos integrantes do quadro de pessoal da Empresa, suas filiais e demais unidades descentralizadas.

Com base nesse Regulamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) Será regulado em norma específica o estágio remunerado, que deverá ser formalizado por contrato, tendo como forma de ingresso, o recrutamento, via processo seletivo, de acordo com a Orientação nº 22 da ata da Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap) e a Portaria nº 567/2008 do Ministério Público da União.
- (B) A admissão de empregado em cargo efetivo se dará, inicialmente, por período não superior a 60 dias, considerado como prazo de experiência, sendo o contrato de trabalho automaticamente prorrogado por prazo indeterminado após o período de experiência, desde que haja interesse na sua prorrogação por parte da empresa e do empregado e avaliação de desempenho satisfatória.
- (C) A contratação de profissional qualificado para o exercício exclusivo de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, se dará por meio de concurso público.
- (D) A admissão e contratação dos empregados dependerão de posterior inspeção médica e de atendimento aos pré-requisitos descritos no respectivo edital.
- (E) Para a realização de serviços técnicos especializados, na forma de norma específica, poderá ser contratado, excepcionalmente, na estrita necessidade desses serviços, a juízo da Diretoria Executiva, pessoal técnico de alta qualificação, por prazo certo e nunca superior ao previsto em lei, para os contratos de trabalho por prazo determinado, desde que não possua a Ebserh, em seu Quadro de Pessoal, cargos efetivos, funções ou cargos em comissão necessários para a sua execução, e nem utilize, para tanto, a contratação direta.

15

A Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, autorizou o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), acrescentou dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e deu outras providências.

Assinale a afirmativa correta, conforme a referida lei.

- (A) A Ebserh terá seu capital social dividido sob a propriedade da União, das unidades federativas e do Distrito Federal.
- (B) É assegurado à Ebserh o ressarcimento das despesas com o atendimento de consumidores e respectivos dependentes de planos privados de assistência à saúde, observados os valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- (C) No desenvolvimento de suas atividades de assistência à saúde, a Ebserh observará as orientações da Política Nacional de Saúde, de responsabilidade dos Ministérios da Saúde e da Educação.
- (D) Compete à Ebserh prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários, federais, estaduais e municipais, e a outras instituições congêneres, com a implementação de sistema de gestão único que gere indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas.
- (E) Compete à Ebserh prestar, às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres, serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública e privada, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social.

Políticas Públicas de Saúde e Educação

16

Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) são os fatores não médicos que influenciam a saúde das pessoas. São as condições em que as pessoas nascem, vivem, trabalham, aprendem e envelhecem.

Avale as afirmativas a seguir sobre os Determinantes Sociais da Saúde.

- I. É um conceito da área de saúde pública que se refere a um conjunto de acontecimentos, fatos, situações, comportamentos, entre outros, da cultura.
- II. Os DSS são associados ao conceito de universalidade em saúde porque impactam de forma diferente, e muitas vezes injusta, a saúde de pessoas, grupos sociais e comunidades e suas possibilidades de acesso à proteção e ao cuidado com a vida.
- III. No Brasil, vários estudos buscaram compreender os fenômenos saúde-doença como processos socialmente determinados no contexto das relações entre Estado, economia, sociedade e saúde.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

17

A Política Nacional de Humanização (PNH) existe desde 2003 para efetivar os princípios do SUS no cotidiano das práticas de atenção e gestão, qualificando a saúde pública no Brasil e incentivando trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários.

Com base no PNH/HumanizaSUS, assinale a afirmativa correta.

- (A) A PNH busca transformar as relações de trabalho a partir da restrição do grau de contato e da comunicação entre as pessoas e grupos, tirando-os do isolamento e das relações de poder hierarquizadas.
- (B) Humanizar é reconhecer que as diferentes especialidades e práticas de saúde podem conversar com a experiência daquele que é assistido.
- (C) O usuário e sua rede sociofamiliar devem também se responsabilizar pelo cuidado de si nos tratamentos, assumindo posição protagonista com relação a sua saúde e a daqueles que lhes são caros.
- (D) As decisões da gestão interferem indiretamente e de forma hierarquizada na atenção à saúde.
- (E) Trabalhadores e usuários devem buscar conhecer como funciona a gestão dos serviços e da rede de saúde, assim como participar ativamente do processo de tomada de decisão nas organizações de saúde e nas ações de saúde individual.

18

A Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90) define as condições de promoção, proteção e recuperação da saúde. Os princípios, as diretrizes e o arcabouço legal do Sistema Único de Saúde (SUS) são um conjunto de elementos que definem o funcionamento do sistema.

Com base nas diretrizes do SUS, o Estado deve

- (A) tratar igualmente os desiguais, investindo mais em áreas com maior carência.
- (B) atender a todas as necessidades de saúde dos cidadãos, com prioridade para o diagnóstico e tratamento das doenças.
- (C) obedecer ao princípio da descentralização, com direção múltipla em cada esfera de governo.
- (D) promover a divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário.
- (E) organizar os serviços públicos de modo a multiplicar meios de ação para fins idênticos.

19

Conselho de Saúde é uma instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) em cada esfera de governo, integrante da estrutura organizacional do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com composição, organização e competência fixadas na Lei nº 8.142/90.

Com base na Resolução CNS nº 453, de 10 de maio de 2012, que aprova diretrizes para a instituição, a reformulação, a reestruturação e o funcionamento dos Conselhos de Saúde, assinale a afirmativa correta.

- (A) Como Subsistema da Seguridade Social, o Conselho de Saúde atua na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, exceto nos seus aspectos econômicos e financeiros.
- (B) Na instituição e reformulação dos Conselhos de Saúde o Poder Executivo, respeitando os princípios da democracia, deverá acolher as demandas da população aprovadas nas Conferências de Saúde, e em consonância com a legislação.
- (C) Mantendo o que propuseram as Resoluções nº 33/92 e nº 333/03 do CNS, e consoante com as Recomendações da 10ª e 11ª Conferências Nacionais de Saúde, 50% de suas vagas serão compostas por entidades representativas dos trabalhadores da saúde.
- (D) Recomenda-se que, a cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, ao seu critério, promovam a renovação de, no mínimo, 50% de suas entidades representativas.
- (E) O processo bem-sucedido de centralização da saúde promoveu o surgimento de Conselhos Regionais, Conselhos Locais, Conselhos Distritais de Saúde, incluindo os Conselhos dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, sob a coordenação dos Conselhos de Saúde da esfera correspondente. Assim, os Conselhos de Saúde são espaços que contam com a participação da comunidade nas políticas públicas e na administração da saúde.

20

A Resolução CNS nº 330, de 4 de novembro de 2003, aplica “Os Princípios e Diretrizes para a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUS (NOB/RH-SUS)” como Política Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, no âmbito do SUS, e publica e divulga nacionalmente o inteiro teor do documento.

Com base na referida resolução, avalie se as competências dos Conselhos de Saúde incluem:

- I. aprovar, encaminhar e avaliar a política para os Recursos Humanos do SUS;
- II. estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinentes ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);
- III. estabelecer critérios para a determinação de periodicidade das Conferências de Saúde, propor sua convocação, estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, explicitando deveres e papéis dos conselheiros nas pré-conferências e conferências de saúde.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

21

A NR-32 tem por finalidade estabelecer as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral.

Com base na NR-32, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em caso de exposição acidental ou incidental, medidas de proteção devem ser adotadas imediatamente, desde que previstas no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).
- (B) A manipulação em ambiente laboratorial deve seguir as orientações contidas na publicação do Ministério do Trabalho e Emprego - Diretrizes Gerais para o Trabalho em Contenção com Material Biológico, correspondentes aos respectivos microrganismos.
- (C) Os trabalhadores devem comunicar, em até 24 horas, todo acidente ou incidente com possível exposição a agentes biológicos ao responsável pelo local de trabalho e, quando houver, ao Serviço de Segurança e Saúde do Trabalho e à CIPA.
- (D) O empregador deve vedar a utilização de pias de trabalho para fins diversos dos previstos.
- (E) O uso de luvas substitui o processo de lavagem das mãos, o que deve ocorrer, no mínimo, depois do uso das mãos.

22

A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu Art. 194, que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Avalie, com base nesse artigo constitucional, se compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base, entre outros, nos seguintes objetivos:

- I. universalidade da cobertura e do atendimento;
- II. seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- III. diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter assistencialista da previdência social.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

23

Em 2003, a Unesco decidiu iniciar a proposição de uma Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, nos moldes de duas outras iniciativas imediatamente anteriores: a Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos (1997) e a Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos Humanos (2003). Homologada por unanimidade dos 191 países participantes da Unesco, em Paris, França, em 19 de outubro de 2005 (UNESCO, 2005), seus objetivos constituem notáveis linhas de orientação das ações que devem ser buscadas com relação aos países que a subscreveram.

Assinale a afirmativa correta acerca da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da Unesco.

- (A) A Declaração trata das questões éticas relacionadas à medicina, às ciências da vida e às tecnologias associadas quando aplicadas aos seres humanos, levando em conta suas dimensões sociais, legais e ambientais.
- (B) Indivíduos e grupos de vulnerabilidade específica devem ser protegidos e a integridade coletiva deve ser respeitada.
- (C) A liberdade fundamental entre todos os seres humanos em termos de dignidade e de direitos deve ser respeitada de modo que todos sejam tratados de forma justa e universal.
- (D) A promoção da saúde e do desenvolvimento econômico são objetivos centrais dos governos, partilhados por todos os setores da sociedade.
- (E) Os benefícios resultantes de qualquer pesquisa científica e suas aplicações devem ser mantidas sob sigilo pela comunidade internacional, em especial no caso dos países em desenvolvimento.

24

A Portaria nº 198/GM instituiu, em 13 de fevereiro de 2004, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências.

De acordo com a referida portaria, é correto afirmar que

- (A) poderão compor os Polos de Educação Permanente em Saúde para o SUS gestores federais, estaduais e municipais de saúde e de educação.
- (B) a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, como uma estratégia do SUS para a formação e desenvolvimento de trabalhadores para o setor, pelas esferas federal, estadual e municipal, será financiada com recursos do Orçamento do Ministério da Saúde.
- (C) cada Polo de Educação Permanente em Saúde para o SUS será referência e se responsabilizará por um determinado território, que a ele se vinculará para apresentar necessidades de formação e desenvolvimento.
- (D) os Ministério da Saúde e da Educação oferecerão o acompanhamento e assessoramento necessários para que todos os projetos apresentados contemplem as diretrizes de validação previstas e os critérios pactuados para tanto, de forma a assegurar que nenhum projeto seja excluído.
- (E) os movimentos sociais ligados à gestão das políticas públicas de saúde e educação poderão compor os Polos de Educação Permanente em Saúde para o SUS.

25

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) é resultado da experiência acumulada por conjunto de atores envolvidos historicamente com o desenvolvimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), como movimentos sociais, usuários, trabalhadores e gestores das três esferas de governo.

A Estratégia Saúde da Família prevê

- (A) carga horária de 40 horas semanais para todos os profissionais de saúde membros da equipe de Saúde da Família.
- (B) que o cadastramento de cada profissional de saúde em até duas equipes de Saúde da Família (eSF), exceção feita somente ao profissional médico, que poderá atuar em, no máximo, três eSF e com carga horária total de 40 horas semanais.
- (C) que o número de ACS (agente comunitário de saúde) deve ser suficiente para cobrir 100% da população cadastrada, com um máximo de 950 pessoas por ACS e de 15 ACS por equipe de Saúde da Família, não ultrapassando o limite máximo recomendado de pessoas por equipe.
- (D) que o número de pessoas recomendado por equipe considere o grau de vulnerabilidade das famílias daquele território, sendo que, quanto maior o grau de vulnerabilidade, menor deverá ser a quantidade de pessoas por equipe.
- (E) que a jornada de 40 horas deve observar a necessidade de dedicação mínima de 28 horas da carga horária para atividades na equipe de Saúde da Família, podendo, conforme decisão e prévia autorização do gestor, dedicar até 12 horas do total da carga horária para a prestação de serviços na rede de urgência do Município ou para as atividades de especialização em Saúde da Família, residência multiprofissional e/ou de Medicina de Família e Comunidade, bem como atividades de educação permanente e apoio matricial.

26

Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) foram criados com o objetivo de ampliar a abrangência e o escopo das ações da atenção básica, bem como sua resolubilidade.

Acerca dos NASF, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Os NASF fazem parte da atenção básica e se constituem como serviços com unidades físicas independentes ou especiais de livre acesso para o atendimento individual ou coletivo.
- II. Os NASF são constituídos por equipes compostas por profissionais de diferentes áreas de conhecimento que devem atuar de maneira integrada e apoiar os profissionais das Equipes Saúde da Família, das Equipes de Atenção Básica para populações específicas (consultórios na rua, equipes ribeirinhas e fluviais, etc.) e academia da saúde, compartilhando as práticas e saberes em saúde nos territórios sob responsabilidade destas equipes.
- III. A responsabilização compartilhada entre a equipe do NASF e as equipes de Saúde da Família/equipes de Atenção Básica para populações específicas prevê a revisão da prática do encaminhamento com base nos processos de referência e contrarreferência, ampliando-a para um processo de compartilhamento de casos e acompanhamento longitudinal de responsabilidade das equipes de Atenção Básica, atuando no fortalecimento de seus princípios e no papel de coordenação do cuidado nas Redes de Atenção à Saúde.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

27

A Constituição Federal de 1988 determinou, em seu artigo 198, que a sociedade participasse da gestão do sistema de saúde.

Dois anos depois, duas leis trouxeram conteúdos importantes sobre essa participação, ao abordarem aspectos relacionados ao Conselho Nacional de Saúde. Foram elas a Lei nº 8.080, de 1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, e a Lei nº 8.142 do mesmo ano.

As atribuições exclusivas do Conselho Nacional de Saúde incluem as seguintes, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Deliberar sobre as normas do SUS pactuadas na Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
- (B) Deliberar sobre o modelo padronizado do Relatório Anual de Gestão (RAG) da União.
- (C) Deliberar sobre o modelo padronizado do Relatório Anual de Gestão (RAG) dos Estados e DF.
- (D) Deliberar sobre o modelo padronizado do Relatório Anual de Gestão (RAG) dos Municípios.
- (E) Deliberar sobre a metodologia pactuada na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para a definição dos montantes a serem transferidos pelo Ministério da Saúde para Estados, Distrito Federal e Municípios para custeio das ações e dos serviços de saúde.

28

A Lei Complementar nº 141/2012 define o que pode ser considerado despesas em ações e serviços públicos de saúde, valoriza o processo de planejamento e o controle social, define a transferência regular e automática por meio dos fundos de saúde para custeio e investimento, entre outras questões.

Em relação à aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde, de acordo com a referida lei, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os recursos da União previstos nesta Lei Complementar serão transferidos aos demais entes da Federação e movimentados, até a sua destinação final, em contas específicas mantidas em instituição financeira oficial federal, observados os critérios e procedimentos definidos em ato próprio do Chefe do Poder Legislativo da União.
- (B) O Ministério da Economia definirá e publicará, anualmente, utilizando metodologia pactuada na Comissão Intergestores Tripartite e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, os montantes a serem transferidos a cada Estado, ao Distrito Federal e a cada Município para custeio das ações e serviços públicos de saúde.
- (C) As transferências dos Estados para os Municípios destinadas a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Estaduais de Saúde, de forma regular e automática, em conformidade com os critérios de transferência aprovados pelo respectivo Conselho de Saúde.
- (D) Os recursos do Fundo Nacional de Saúde, destinados a despesas com as ações e os serviços públicos de saúde, de custeio e capital, a serem executados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios serão transferidos diretamente aos respectivos Fundos de Saúde, de forma regular e automática, dispensada a celebração de convênio ou outros instrumentos jurídicos.
- (E) Os recursos destinados a investimentos terão sua programação realizada semestralmente e, em sua alocação, serão considerados prioritariamente critérios que visem reduzir as desigualdades na oferta de ações e serviços públicos de saúde e garantir a integralidade da atenção à saúde.

29

A Resolução CNS nº 553, de 9 de agosto de 2017, atualiza a Carta dos Direitos e Deveres da Pessoa Usuária da Saúde, que dispõe sobre as diretrizes dos direitos e deveres da pessoa usuária da saúde.

De acordo com sua quarta diretriz, toda pessoa deve ter seus valores, sua cultura e seus direitos respeitados na relação com os serviços de saúde.

Os referidos direitos são garantidos, na resolução, por meio de uma série de ações.

Uma dessas ações é garantir ao usuário

- (A) o sigilo e a confidencialidade de todas as informações pessoais, até a morte, salvo nos casos de risco à saúde pública.
- (B) a liberdade, em qualquer fase do tratamento, de procurar uma segunda opinião ou um parecer de outro profissional ou serviço, desde que na mesma unidade de saúde, sobre seu estado de saúde ou sobre os procedimentos recomendados.
- (C) a obtenção de laudos, relatórios e atestados independentemente de qualquer circunstância.
- (D) o acesso da pessoa ao conteúdo do seu prontuário, desde que autorizada pelo serviço de saúde responsável, e a garantia de envio e fornecimento de cópia, em caso de encaminhamento a outro serviço ou de mudança de domicílio.
- (E) a escolha do tipo de plano de saúde que melhor lhe convier, de acordo com as exigências mínimas constantes da legislação e a informação pela operadora sobre a cobertura, os custos e as condições do plano que está adquirindo.

30

A Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023, alterou as Portarias de Consolidação GM/MS nº 2, nº 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com base na referida portaria, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A PNAISPD tem por objetivo promover e proteger a saúde da pessoa com deficiência por meio da ampliação do acesso ao cuidado universal do SUS, em articulação com as demais políticas e ações intersetoriais, contribuindo para sua autonomia, qualidade de vida e inclusão social, bem como prevenindo diferentes agravos à saúde em todos os ciclos de vida.
- II. Compete ao Ministério da Saúde coordenar e implantar a PNAISPD no âmbito do seu território, respeitando as diretrizes do Ministério da Saúde e promovendo as adequações necessárias às suas especificidades locais.
- III. O processo de monitoramento e avaliação da PNAISPD ocorrerá de acordo com as pactuações realizadas nas instâncias colegiadas de gestão do SUS.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e III.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Administração Pública e Direito Administrativo

31

Para executar sua atividade administrativa de forma plena, o Estado divide sua atuação em unidades de poder menores e mais especializadas.

Assinale a afirmativa correta acerca da diferença principal entre desconcentração e descentralização.

- (A) A desconcentração cria entidades com personalidade jurídica, enquanto a descentralização cria órgãos sem personalidade jurídica.
- (B) A descentralização cria órgãos subordinados hierarquicamente à Administração Direta, enquanto a desconcentração cria entidades independentes.
- (C) A desconcentração cria órgãos dentro da mesma pessoa jurídica e sem personalidade jurídica, enquanto a descentralização cria entidades com personalidade jurídica própria.
- (D) Tanto a desconcentração quanto a descentralização criam entidades autônomas com personalidade jurídica própria.
- (E) A descentralização não se aplica ao Direito Administrativo, enquanto a desconcentração é seu único modelo de organização.

32

A Administração Pública brasileira organiza-se em Administração Direta e Indireta.

Um exemplo de ente da Administração Direta são

- (A) as autarquias.
- (B) as fundações públicas.
- (C) as empresas públicas.
- (D) as sociedades de economia mista.
- (E) os ministérios.

33

As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei para o desempenho de um serviço público de forma descentralizada com capacidade de autoadministração.

Assinale a opção que apresenta uma característica das autarquias.

- (A) Seus bens são penhoráveis.
- (B) Compõem-se de empregados públicos.
- (C) Seus créditos são pagos diretamente.
- (D) Compõem-se de servidores públicos.
- (E) Seus créditos não são pagos por meio de precatórios.

34

A Constituição Federal de 1988 introduziu inovações orçamentárias ao instituir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA), complementando a já existente Lei Orçamentária Anual (LOA), formando um sistema integrado de planejamento de curto e médio prazo.

Assinale a opção que apresenta uma característica do orçamento público brasileiro.

- (A) O PPA é uma lei de curto prazo, com duração de um ano.
- (B) A LOA configura o orçamento, com duração de um ano.
- (C) A LDO é uma lei de médio prazo, com duração de quatro anos.
- (D) A LDO pertence ao plano estratégico.
- (E) O PPA traduz o conteúdo da LDO para a LOA, estabelecendo a conexão entre essas duas leis.

35

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento de planejamento que estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro.

Um escopo da LDO é

- (A) definir as metas e prioridades da Administração Pública para o exercício financeiro subsequente, compatíveis com o PPA.
- (B) determinar o detalhamento específico das despesas e receitas de cada órgão público.
- (C) estabelecer a obrigatoriedade de execução de todos os programas previstos no PPA, independentemente da arrecadação disponível.
- (D) regulamentar, em caráter definitivo, a política de aplicação das agências financeiras de fomento, desvinculada das diretrizes orçamentárias anuais.
- (E) estabelecer normas vinculantes sobre alterações na legislação tributária, determinando os limites exatos para a estimativa de receitas no orçamento.

36

Ao estudar a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), Matilde verificou que os procedimentos previstos na mencionada norma se destinam a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados de acordo com as diretrizes nela elencadas.

Nesse cenário, assinale a opção que indica corretamente uma das aludidas diretrizes.

- (A) Limitação do controle social da Administração Pública.
- (B) Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na Administração Pública.
- (C) Vedação de utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.
- (D) Divulgação de informações de interesse público apenas nas hipóteses em que haja solicitação.
- (E) Observância da publicidade como preceito geral, sendo certo que o sigilo não pode ser considerado exceção.

37

Determinado órgão da Administração Pública, após as devidas providências, pretende promover a escolha de trabalho técnico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica, para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.

À luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, deve ser

- (A) realizada licitação na modalidade concurso.
- (B) necessariamente dispensada a realização de licitação.
- (C) efetuada licitação na modalidade pregão ou concorrência.
- (D) executada licitação na modalidade diálogo competitivo.
- (E) promovida uma contratação direta em qualquer de suas modalidades, mesmo que haja viabilidade de competição.

38

Considerando as peculiaridades delimitadas na Lei nº 9.784/99 com relação à motivação dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A motivação, quando exigida, restringe-se ao apontamento dos fundamentos jurídicos, não sendo exigida a indicação dos fatos que levaram ao respectivo ato administrativo.
- (B) É facultativa a motivação para os atos administrativos que decorram de reexame de ofício, bem como nas hipóteses de anulação de ato administrativo.
- (C) A motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais deverá ser previamente apresentada em termo escrito, na medida em que não poderá constar da respectiva ata.
- (D) A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.
- (E) Na solução de vários assuntos da mesma natureza, é vedada a utilização de meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, ainda que não prejudique direito ou garantia dos interessados, devendo a motivação ser pormenorizada em cada caso.

39

Entre as leis de iniciativa do Poder Executivo em relação ao orçamento público, nos termos da Constituição da República, há aquela que compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Nesse contexto, é correto afirmar que tal definição corresponde

- (A) à Lei Orçamentária Anual.
- (B) ao Prognóstico Antecedente.
- (C) à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (D) ao Plano Plurianual.
- (E) ao Plano de Execução.

40

Após aprovação em concurso público, Delton foi admitido em determinada empresa pública federal, mas ficou muito preocupado com a viabilidade de ser responsabilizado com base na Lei de Improbidade Administrativa, razão pela qual passou a rever as disposições constantes da Lei nº 8.429/92, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, em relação a sua situação funcional.

Nesse cenário, Delton concluiu corretamente que

- (A) não pode ser considerado agente público para os fins da norma em comento, na medida em que não se submete ao regime estatutário dos servidores públicos.
- (B) para a caracterização de qualquer dos atos de improbidade previstos na mencionada norma, não basta a voluntariedade do agente, sendo necessário o dolo, considerado como vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado.
- (C) as empresas públicas não estão abarcadas pelo conceito de Administração Pública para fins de aplicação da lei em análise, razão pela qual ele não se sujeita ao respectivo regime de responsabilização.
- (D) caberá a sua responsabilização com base na norma em apreço apenas se a sua conduta se enquadrar como ato de improbidade que importa em lesão ao erário, pelo qual responderá nas hipóteses de atuar com dolo ou culpa.
- (E) os atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública são excepcionados da norma em comento com relação às empresas públicas, de modo que as respectivas penalidades não podem ser a ele aplicadas.

Conhecimentos Específicos

41

Henri Fayol, ao desenvolver a Teoria Clássica da Administração no início do século XX, identificou e estabeleceu funções fundamentais que, segundo ele, são essenciais para o funcionamento eficaz de qualquer organização.

Essas funções básicas da organização são

- (A) planejar, executar, verificar e agir.
- (B) utilizar, organizar, limpar, normalizar e disciplinar.
- (C) competências, habilidades, conhecimentos e atitudes.
- (D) estratégicas, táticas e operacionais.
- (E) técnicas, comerciais, financeiras, de segurança, contábeis e administrativas.

42

A Administração Pública brasileira passou por diversas transformações ao longo de sua história, refletindo mudanças tanto no contexto nacional quanto internacional.

Na década de 1990, um importante marco dessa evolução foi o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), que buscava modernizar a gestão pública através da implementação de práticas gerenciais, visando maior eficiência e flexibilidade administrativa.

O modelo de Administração Pública proposto por essa reforma é conhecido como

- (A) Nova Gestão Pública.
- (B) Burocracia.
- (C) Patrimonialismo.
- (D) Constitucionalismo.
- (E) Estado de bem-estar social.

43

Avalie as assertivas a seguir, acerca de diferentes desvantagens de cada modelo de estrutura organizacional.

- I. Matricial: pode gerar conflito de comandos em função da duplicidade de autoridade sobre determinado empregado.
- II. Em rede: dificuldade para se adaptar a ambientes complexos e imprevisíveis.
- III. Funcional: lentidão na tomada de decisões, devido ao alto número de reuniões de equipe.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

44

Entre as diversas teorias que buscam explicar o funcionamento da cultura organizacional e de seus elementos, destaca-se uma que a divide em dois níveis distintos, sendo o primeiro, superior, composto por elementos visíveis, enquanto o segundo, inferior, abrange componentes invisíveis da organização.

Diante do exposto, avalie se os exemplos de componentes visíveis incluem:

- I. políticas e procedimentos de pessoal;
- II. métodos e procedimentos de trabalho;
- III. medidas de produtividade físicas e financeiras.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

45

A XPTO S.A., multinacional do setor farmacêutico, enfrenta desafios relacionados à motivação de seus colaboradores. Para abordar essa questão, a diretora de Recursos Humanos decide basear suas ações na Teoria dos Dois Fatores, que estabelece a diferença entre fatores higiênicos e motivacionais no ambiente de trabalho.

Considerando os conceitos dessa teoria, uma ação adequada a fim de aumentar a motivação dos colaboradores da XPTO S.A. é

- (A) estabelecer metas mais desafiadoras para os funcionários.
- (B) conceder aumento salarial coletivo.
- (C) instituir programa de benefícios.
- (D) fortalecer as práticas de segurança do trabalho.
- (E) promover melhorias nas condições físicas do ambiente de trabalho.

46

Em uma situação hipotética, a diretoria de um hospital federal passa por mudanças de comando após uma transição governamental. O novo gestor, com ampla experiência na iniciativa privada, adota um estilo de liderança caracterizado por conceder integral autonomia decisória aos colaboradores, intervindo, apenas de forma orientativa, quando estritamente demandado.

Considerando os diferentes estilos de liderança identificados nas teorias de liderança, esse comportamento do gestor é classificado como

- (A) autocrático.
- (B) *laissez-faire*.
- (C) coercitivo.
- (D) diretivo.
- (E) transacional.

47

Originalmente concebidos para auxiliar empresas na reconstrução do cenário industrial após a Segunda Guerra Mundial, os 14 pontos de Deming continuam amplamente utilizados por organizações contemporâneas que buscam a melhoria da qualidade e a excelência operacional.

Assinale a opção que apresenta corretamente um desses pontos.

- (A) Eliminação do medo.
- (B) Priorização de negócios com base no preço.
- (C) Instituição de barreiras entre departamentos.
- (D) Estabelecimento de inspeção em massa.
- (E) Elaboração de slogans, exortações e metas.

48

A ferramenta de gestão da qualidade utilizada para identificar e analisar possíveis causas de um problema específico é conhecida como

- (A) diagrama de dispersão.
- (B) ciclo PDCA.
- (C) gráfico de controle.
- (D) gráfico de espinha de peixe.
- (E) 5S.

49

O procedimento que busca uma transformação profunda nos processos organizacionais, descartando integralmente os métodos anteriores e implementando novos, com objetivo de alcançar melhorias radicais e disruptivas é conhecido como

- (A) *blueprinting*.
- (B) reengenharia.
- (C) seis sigma.
- (D) *benchmarking*.
- (E) fluxograma.

50

Com relação às fundações públicas de direito público, importantes figuras administrativas no auxílio à missão institucional do Estado, é correto afirmar que

- (A) devem ter a sua criação autorizada por decreto presidencial, independentemente da aprovação dos parlamentares.
- (B) estão dispensadas de realizar concurso público para a contratação de servidores.
- (C) representam um patrimônio público personificado destinado a atividade específica.
- (D) submetem-se apenas parcialmente à Nova Lei de Licitações e Contratos.
- (E) podem atuar em igualdade com a iniciativa privada, desde que distribuam lucro para seus associados.

51

Os atos administrativos devem obedecer a regras específicas para garantir sua validade, caso contrário, podem apresentar vícios que os tornam passíveis de invalidação. No entanto, dependendo do elemento afetado pelo vício, é possível sua correção.

Nesse sentido, com base no arcabouço legal, é possível sanar o vício

- (A) de forma, desde que realizado por algum Chefe de Poder.
- (B) de competência, desde que não seja exclusiva de uma autoridade.
- (C) de motivo, desde que o ato não prejudique terceiros.
- (D) de objeto, desde não seja vedado expressamente por lei.
- (E) de finalidade, desde que não se trate de abuso de poder.

52

A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) é um documento essencial para o trabalhador brasileiro, pois registra toda a sua trajetória profissional e assegura o acesso aos direitos trabalhistas previstos em lei.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é correto afirmar que a CTPS será emitida pelo

- (A) Ministério da Previdência Social, preferencialmente em meio físico.
- (B) Ministério do Trabalho, preferencialmente em meio físico.
- (C) Ministério do Trabalho, preferencialmente em meio eletrônico.
- (D) Ministério da Economia, preferencialmente em meio físico.
- (E) Ministério da Economia, preferencialmente em meio eletrônico.

53

A necessidade de classificar os materiais utilizados por uma organização tornou essencial a elaboração de modelos que facilitassem esse processo.

Com base nisso, o sistema de classificação XYZ é conhecido por classificar os materiais com base em

- (A) criticidade.
- (B) perecibilidade.
- (C) periculosidade.
- (D) estocagem.
- (E) tangibilidade.

54

De acordo com a doutrina e a legislação arquivística, a qualidade que determina que um arquivo deve se desenvolver de forma progressiva, natural e orgânica está fundamentada no princípio

- (A) da proveniência.
- (B) da reversibilidade.
- (C) do respeito à ordem original.
- (D) da universalidade.
- (E) da cumulatividade.

55

Um hospital federal contrata um novo arquivista para gerenciar seus documentos. Como primeira tarefa, o novo funcionário é incumbido de realizar o processo de restauração nos itens mais importantes. Para isso, o arquivista envolve cada documento, em ambas as faces, com uma folha de papel de seda e outra de acetato de celulose, submetendo-os, em seguida, a uma prensa hidráulica. Nesse caso, o arquivista executou a técnica de restauração conhecida como

- (A) laminação.
- (B) tecido.
- (C) banho de gelatina.
- (D) encapsulação.
- (E) alisamento.

56

A Lei nº 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos, introduziu uma série de inovações significativas para aprimorar os processos de contratação na Administração Pública brasileira. Embora tenha trazido mudanças substanciais, a lei manteve algumas modalidades tradicionais de licitação, realizando adaptações necessárias para adequá-las às novas exigências e demandas do setor público.

Avalie se os critérios de julgamento da concorrência na Nova Lei de Licitações e contratos incluem:

- I. melhor conteúdo artístico;
- II. maior retorno econômico;
- III. maior desconto.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

57

Entre as particularidades do processo licitatório, a Lei de Licitações e Contratos (NLLC) estabeleceu, como hipóteses de inexigibilidade, a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, que devem ser executados por profissionais ou empresas de notória especialização.

Nesse contexto, avalie se os tipos de serviços enquadrados nessa hipótese de inexigibilidade incluem:

- I. serviços de publicidade e divulgação;
- II. locação de imóvel cujas características de instalações e localização tornem necessária sua escolha;
- III. restauração de obras de arte e de bens de valor histórico.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

58

Ao classificar um documento em um arquivo de segunda idade, é correto afirmar que tal documento

- (A) é utilizado com frequência na rotina da empresa, sendo acondicionado o mais próximo possível do usuário para facilitar a consulta.
- (B) deve possuir acesso facilitado para o público geral, em função de seu caráter histórico.
- (C) aguarda um prazo definido para ser eliminado ou recolhido de forma definitiva, após cumprir sua finalidade administrativa.
- (D) foi originado de um arquivo de terceira idade, logo após adquirir valor primário para as atividades organizacionais.
- (E) possui valor secundário para a organização, devendo ser mantido de forma permanente.

59

De acordo com a CLT, quando um funcionário realiza horas extras além da sua carga horária padrão, essas horas devem ter remuneração

- (A) equivalente à das horas regulares.
- (B) 20% superior à das horas regulares.
- (C) ao menos 25% superior à das horas regulares.
- (D) ao menos 50% superior à das horas regulares.
- (E) até 100% superior à das horas regulares.

60

Frequentemente, surgem créditos pendentes nas relações de trabalho, sejam urbanas ou rurais, entre empregador e empregado.

Diante disso, a CLT estabelece que esses créditos têm sua pretensão prescrita

- (A) em dois anos, em qualquer hipótese.
- (B) em quatro anos, em qualquer hipótese.
- (C) em três anos, em qualquer hipótese.
- (D) em dois anos, mas limitada a um ano após a extinção do contrato de trabalho.
- (E) em cinco anos, mas limitada a dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

REDAÇÃO

Você já pensou em frases como: *vou juntar dinheiro para comprar um carro* ou ainda *se sobrar dinheiro este mês, vou fazer aquele curso ou viagem*? Isso são pontos de economia doméstica – ainda pouco falada, mas com grande impacto na rotina de todos.

Antes de mais nada, é comum passar por esse tipo de situação: você gostaria de realizar algo, mas não consegue por falta de um planejamento financeiro.

É por isso que a economia doméstica ajuda as pessoas a entenderem seus hábitos de consumo e a forma como a organização financeira é colocada em prática. Com esses nortes, é possível economizar para alcançar as metas sonhadas.

O mundo inteiro passa por problemas econômicos, inclusive o Brasil. Em todos os níveis econômicos há muitas dificuldades, inclusive no terreno da economia doméstica e, nesse nível, o que pode ser feito? Exponha suas ideias a respeito, em texto argumentativo, em linguagem culta, de no máximo 30 linhas.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

